

A (DE)FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E O RETROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO: O LUGAR DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR

Marcila de Almeida¹ (UEPB)
Érica Cibelle de Sousa Araújo² (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão³ (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba
marcillaalmeida@hotmail.com
erica.cibelle@hotmail.com
cristina-aragao21@hotmail.com

Resumo: Ao analisarmos a trajetória do ensino médio na história da Educação percebemos que ela reflete a forma como na sociedade brasileira esta modalidade de ensino foi operacionalizada. O objetivo deste artigo, é refletir sobre a reforma do ensino médio no governo Temer e o lugar do ensino de história, na perspectiva de pensar estas mudanças e suas implicações na educação brasileira. Compreendemos que a proposta elencada, pelo atual governo não se constitui como reforma, mas sobretudo um retrocesso educacional. Como instrumento de implantação desse projeto educacional mercadológico, podemos elencar a “reforma” do ensino médio, que visa a marginalização de disciplinas reflexivas, tais como a História. A partir disso, discutiremos as implicações dessa “reforma” no ensino médio, tendo como fonte a Base Nacional Comum Curricular, além de discutir os impasses no ensino de História. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para repensar tal problemática, travaremos uma discussão com Candau (2015), Gadelha (2017), Sandri (2017), Souza (2017), Feldmann (2009) e Leite (2017). Percebemos que o ensino médio brasileiro, foi em diferentes momentos da história social, utilizado como instrumento de moldagem para a criação de sujeitos que reproduzam a prerrogativa do sistema político vigente, ou seja, do modo de governabilidade adotada por quem está à frente do poder político.

Palavras-chave: Ensino de história, Ensino médio, Projeto educacional mercadológico, Retrocesso educacional.

Introdução

Michel Temer ao assumir a presidência da República, adotou várias medidas que ressignificaram os espaços e sujeitos no contexto da sociedade brasileira, tendo reflexo na política educacional e na sua condução. Seu modo de governabilidade adotada privilegiando os seus, ou seja, a elite a qual pertence em detrimento dos direitos do povo, tem desenvolvido ações políticas que trouxeram impactos sobre o povo, como exemplo podemos destacar a proposta de reforma da previdência, a terceirização trabalhista e dentre outras medidas adotadas que podem aos poucos restringir os acessos do povo brasileiro, tais medidas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação da UEPB em Formação de Professores.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação da UEPB em Formação de Professores.

³ Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação da UEPB em Formação de Professores.

impactaram sobre a política educacional, motivando reformas tais como reforma do ensino médio propiciando mudanças na condução desta modalidade de ensino.

O projeto de educação do governo Temer, pode ser observado na reforma do ensino médio, pois, esta, como aparelho de operacionalização de tal projeto consolida a partir de um sistema econômico sobretudo neoliberal, os empreendimentos políticos desta gestão governamental. A reforma do ensino médio é fruto da medida provisória nº 746 de 2016 que altera a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que conseqüentemente atinge diretamente seja na formação de jovens, de professores e principalmente na estrutura curricular.

Desde que foi anunciada tal reforma que implicaria na reorganização do sistema de ensino, afetaria diretamente na formação cidadã dos sujeitos e na formação do professor, assim como a reestruturação curricular, várias foram as críticas. Visto que dentre algumas mudanças têm-se a divisão das disciplinas em duas vertentes, as obrigatórias e as não obrigatórias, além de denotar a marginalização da disciplina de História e conseqüentemente de seu professor, sem esquecer que há a criminalização deste principalmente ao que diz respeito a implantação do tal “notório saber”, ao passo que não precisa ter diploma de magistério para exercer tal cargo.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre essa reforma do ensino médio no governo temer e o lugar do ensino de História, na perspectiva de pensar estas mudanças e suas implicações na educação brasileira. Além de propor discutir sobre as implicações do ensino de História dessa reforma no ensino médio, tendo como fonte a Base Nacional Comum Curricular. Para isso há um diálogo com vários autores, tais como David Soares de Souza (2017), Marina Graziela Feldmann (2009), Priscilla Gontijo Leite (2017), Regina Maria A. Fonseca Gadelha (2017); Simone Sandri (2017), Vera Maria Candau (2015).

O artigo está dividido em duas seções, na primeira intitulado de “A reforma do ensino médio e as implicações na educação brasileira”, na qual propomos analisar o contexto em que foi criada a reforma do ensino médio, sob o prisma da BNCC, quais as implicações desse projeto neoliberal que emprega a educação com mercadoria, assim como a recon(de)strução curricular que afeta diretamente na formação dos jovens e dos professores. A segunda, intitulada de “O ensino de História e o retrocesso educacional” destaca a marginalização da disciplina de História, tal como a criminalização do professor, além de destacar o viés de propaganda adotada pelo governo para tal reforma, como o de alunos com poder de escolha e decisão.

1. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Antes de partirmos para a discussão sobre esta reforma é necessário analisar o contexto em que foi criada. Assim, ela é um dos desdobramentos do modo de governabilidade adotada por Michel Temer, logo é um instrumento de legalização do golpe civil-parlamentar, maquiado de Impeachment, que levou brutalmente a ascensão política usurpadora de Temer em detrimento da marginalização política de Dilma Rousseff da presidência em 2016. Como consequência há a implantação de um projeto neoliberal que implicou a sobreposição dos empresários sobre a classe trabalhadora, que reorganizou os meios, espaços e sujeitos.

Dessa forma, como alega Souza⁴ (2017) a educação é foco principal ao que diz respeito a onda de retrocesso implantada pelo golpe na democracia, que na verdade é um retrocesso para nós que estamos do lado de cá, já que fazemos parte da classe trabalhadora, mas para “eles” do lado de lá do muro não passa de um projeto bem desenvolvido que vem dando certo. Conforme alega Souza:

A educação é o foco principal, por seu tamanho orçamentário e por sua capacidade de formação de visão de mundo. Não é à toa, elite econômica que precisa diminuir ainda mais o tamanho do Estado e criminalizar toda e qualquer experiência advinda da organização popular, compõe aliança com setores misóginos, racistas, xenófobos e homofóbicos no Brasil, unificados no discurso de combate à corrupção e de enfrentamento à esquerda política. (SOUZA, 2017, p. 35.)

Logo, enquanto fruto desse projeto neoliberal tem-se a educação como uma extensão capitalista, negociável, lucrativa, não é à toa que assim que Temer assumiu a presidência, ele nomeou um administrador de empresas para o Ministério da Educação, o Deputado Federal por Pernambuco José Mendonça Filho (DEM), cuja gestão no cargo terminou em abril deste ano, o qual agregou um caráter empresarial ao que diz respeito à Educação. Nesse caso, a Educação é tratada como uma empresa estatal, que produz, que gera lucros, conforme Candau⁵:

⁴ SOUZA, D. S. de. **Impactos da onda conservadora na educação pública: a ofensiva contra a classe trabalhadora**. Inter-Legere- Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN: Natal/ RN. n° 20, jan./jun; de 2017.

⁵ CANDAU, V. M.; SCAVINO, S. B. (org). **Educação: temas em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

Muitos dos responsáveis pela educação no nosso país não tem função na área e, atrevo-me a afirmar, vêm a educação como um produto cuja “qualidade” será garantida por mecanismos de gestão e controle de caráter empresarial. (CANDAU, 2017, p. 18)

Este é o problema que ronda a educação brasileira, o fato de ficar a cargo de profissionais que não conhecem o contexto escolar, que nunca estiveram à frente de uma escola seja como professor, diretor ou mesmo coordenador.

Nessa educação mercadológica, usando a perspectiva de Candau (2015), ou seja, onde a educação tratada como mercadoria despreza a formação crítica em defesa de uma formação tecnicista, que conforme destaca Souza (2017), há a especialização e à restrição curricular, logo ocorrendo a marginalização das disciplinas reflexivas, tais como História, Filosofia, Sociologia, as quais são vistas como desnecessárias e como veículo de disseminação ideológica de esquerda. Para Candau (2015), ao passo que a educação se consolida enquanto um produto que corresponde diretamente às confluências de desenvolvimento tanto econômico quanto de mercado, sua principal função é construir sujeitos empreendedores, assim como consumidores, a autora ainda acrescenta que:

Nesse sentido, a qualidade vem definida pelas necessidades do aparato produtivo e do mercado. A busca da qualidade supõe um maior ajuste do sistema educacional a estas necessidades. A educação fica assim reduzida a uma função fundamentalmente econômica, a de capacitar o “capital humano” necessário ao modelo econômico vigente. Esta é a visão que, com distintos matizes e revestida de linguagens plurais, vem informando as políticas educacionais de inspiração liberal. (CANDAU, 2015, p. 20)

Dessa forma a função educacional é mutável, ao passo que está intrínseca ao modo de governabilidade adotada pelo sistema político vigente, ou seja, por quem está à frente do poder político-econômico. Diante disso, como bem destaca Candau (2015), para alguns o papel da educação é construir sujeitos que possam corresponder às demandas da sociedade dominante, logo a qualidade educacional estará atrelada diretamente às prerrogativas do mercado.

Como meio utilizado para se efetivar essa educação mercadológica, podemos destacar a Lei nº 13.415/ 2017, denominada de Reforma do Ensino Médio, a qual surge como mecanismo de moldagem da sociedade que se quer

construir e está envolta das seguintes questões: Por que investir, assim como aumentar o ensino técnico? Porque marginalizar a disciplina de História? Nós sabemos que não é porque o atual governo é bonzinho e quer melhorar a vida do povo brasileiro, mas principalmente para construir sujeitos reprodutores de uma hierarquização político-social, na qual os filhos de famílias pobres não tenham os mesmos direitos dos de famílias ricas. Investindo na criação mão de obra barata e farta, que não questione, não pense, que seja programado apenas para obedecer. Há a construção de uma identidade forjada, na medida em que esses sujeitos são levados a se adequarem a um padrão educacional profissional já pré-estabelecido, onde o ensino se torna e os tornam omissos, passivos.

É a implantação de uma segregação sociopolítica à medida em que a reforma implica construir sujeitos reprodutores de uma hierarquização também sociopolítica, na qual os filhos de famílias pobres, como já mencionando antes, não tenham os mesmos acessos dos de famílias ricas. Como o papel da educação é mutável e perpassa por várias transformações ao longo do tempo, os agentes educacionais também sofrem mutações, tais como o professor, o qual, diante dessa educação mercadológica, como afirma Souza (2017), tem o papel apenas de transmitir informações, se tornando uma figura alegórica e à mercê do sistema político dominante vigente dentro do seu próprio espaço de atuação.

Em contraposição a esse papel figurativo, Feldmann⁶ (2009) denota o protagonismo do professor na elucidação de uma formação e prática de qualidade social e compromisso político de transformação. Ela acrescenta que ao passo que a escola é espaço que atenta para a produção de conhecimento na finalidade de construir a cidadania de seus sujeitos, logo é necessário que ela apresente projetos de mudança, o professor tem como papel propor e transformar tais projetos para assim elucidar tal aprendizado e cidadania.

Com relação a construção ou destruição do currículo, dependendo do ponto de vista político-educacional, Sandri⁷ (2017) aborda que essa fragmentação curricular torna o acesso das camadas populares às universidades cada vez mais difícil, e acentua, principalmente, as desigualdades sociais, e de todo modo econômicas, étnico-raciais e dentre outras disparidades também. Se já é difícil aluno de escola pública concorrer com o de escola particular, imagine agora com essa perda curricular? Nesse sentido, ocorrendo uma divisão ao que diz respeito à aprendizagem, uma separação entre o aprendizado intelectual e profissional, como se o

⁶ FELDMANN, M. G. (org.). Formação de professores e cotidiano escolar. In: **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. p. 71-80.

⁷ SANDRI, S. **Reforma do ensino médio e tendências para formação e/ou carreira docente**. Temas e Matizes, Cascavel, v. 11, n° 21, p. 127-147, jul./dez. 2017.

primeiro fosse direito exclusivo dos alunos de escola privada, enquanto que o profissional, seria parte integrante dos alunos de escola pública. A autora defende que:

Diante dessa estrutura curricular, reafirmamos o caráter fragmentado do currículo e, conseqüentemente, da formação de jovens que não terão acesso ao conhecimento de todas as áreas do conhecimento transformadas em disciplinas escolares. (SANDRI, 2017, p. 134)

A autora ainda acrescenta que:

Com a diminuição de possibilidades de ingresso de estudantes de escolas públicas à universidade, devido à precariedade do processo formativo sugerido pela reforma, pressupomos que ela não se aplicará aos estudantes das redes de ensino privado, haja vista que muitas escolas privadas, que ofertam ensino médio, já disponibilizam o curso em tempo integral como forma de preparar os estudantes, desde o primeiro ano, para os processos de seleção de ingresso na universidade. (SANDRI, 2017, p. 135)

Desse modo, a concorrência será cada vez mais desleal, visto que embora o acesso dos alunos de escola pública tenha crescido bastante nos últimos anos, ainda assim é muito difícil concorrer com os de escola particular, devido a precarização da infraestrutura, os aparatos educacionais, seja materiais, profissionais e dentre outras questões que regem o contexto de uma escola particular.

Enquanto que a reforma do ensino médio é o instrumento para efetivar esse projeto neoliberal que emprega a educação como mercadoria, a BNCC é o meio para aplicá-la. Como essa reforma afeta diretamente a BNCC, a partir de então, esta apresenta algumas alterações, como a divisão não será por disciplinas, mas por áreas de conhecimento: Competências específicas de Linguagens e suas tecnologias; Competências específicas de Matemática e suas tecnologias; Competências específicas de Ciências da natureza e suas tecnologias; Competências específicas de Ciências humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional. Assim, há a disciplinas obrigatórias e as demais serão disponibilizadas em itinerários, onde os alunos escolhem as que irão cursar conforme suas preferências e aspirações profissionais ou não. O documento traz que:

A organização por áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CP nº 11/200925, “não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos

de ensino” (BRASIL, 2009; ênfases adicionadas). (BNCC, 2017, p.32)

Embora o documento elucide que tal reorganização curricular por áreas e competências não acarrete a exclusão das particularidades das disciplinas, Sandri (2017, p. 137) destaca “Não há garantias de que todas as áreas do conhecimento sejam contempladas na forma de disciplinas escolares”. Ao analisarmos as competências e habilidades correspondentes a área de Ciências humanas e sociais aplicadas, percebemos que há sim uma perda de conteúdo, visto que há uma relação direta entre as disciplinas que a compõe (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), a integração acaba por generalizar e pulverizar as particularidades de tais disciplinas.

2. O ENSINO DE HISTÓRIA E O RETROCESSO EDUCACIONAL

Ao analisarmos a trajetória da história política do Brasil percebemos que as disciplinas reflexivas exerceram importante papel de resistência diante do regime político autoritário vigente, exemplo disso aconteceu na Ditadura Militar (1964-1985), não é à toa que a Filosofia foi marginalizada durante esse período. Logo, é notório o quanto essas disciplinas são perigosas para o modo de governabilidade adotada pelo regime vigente, visto que elas ameaçam as conjunturas políticas corruptas aplicadas.

Dentre essas, destaca-se a História, que tem como um dos principais papéis, trazer à tona as atrocidades sociopolíticas cometidas ao longo do tempo. Desse modo, a reforma do ensino médio determina como não sendo obrigatória, se consolida enquanto uma estratégia, visto que leva a marginalização dessa disciplina e principalmente a criminalização do professor de História, visto que para os sistema ele é visto como um contraventor, por proporcionar que seus alunos aprendam a pensar, a refletir, a criticar. Além disso, com a reforma do ensino médio, há a implantação do chamado “notório saber”, onde não precisa de um diploma de magistério para exercer a função de professor, levando o estreitamento cada vez mais do campo de atuação de tal profissional, o qual se encontra ameaçado. Sobre essa questão Sandri (2017) destaca que:

Outra consequência da reforma do ensino médio para a formação e/ou carreira de professores, refere-se à contratação de profissionais “com notório saber” para ministrar aulas na Educação Profissional. Ainda que o Art. 61, inciso IV, restrinja o “notório saber” à educação profissional, tal argumentação abre pretendentes e tendências para que o “notório saber” se estenda para outros itinerários e/ou disciplinas ofertadas pelo ensino médio. (SANDRI, 2017, p. 138)

De tal modo, sobre a marginalização do saber histórico escolar, a qual implica a execução de um alzheimer social, político e histórico, na medida em que a disciplina proporciona o indivíduo a conhecer a história de seu país, saber as influências, as relações políticas envolvidas, logo como se vai questionar algo, se não sabe como e porque aconteceu. Assim, como uma pessoa que sofre de Alzheimer, que fica sob a responsabilidade e escolhas da família, em um alzheimer social, quem ficaria responsável pelo povo seria o governo, logo a quem ele iria beneficiar, a ele próprio ou ao povo? Diante do atual em que vivemos, que implantou várias formas de tirar nossos direitos, como a terceirização trabalhista, a reforma previdenciária, já sabemos a resposta para tal pergunta.

Leite⁸ (2017) alega que essa marginalização do saber histórico prejudica a formação cidadã do sujeitos, já que é uma das principais disciplinas que elucida a problematização, que leva os alunos a refletirem, assim como Candau (2015) defende uma educação de qualidade deve ser pautada no diálogo e não em uma reprodução em série. Ela acrescenta que “A educação transformadora deve ser necessariamente dialógica, não dominadora, com relações horizontais, de cooperação entre os sujeitos” (CANDAU, 2015, p. 51). Ela ainda acrescenta que:

Isto implica em não restringir a prática educativa em “educar para”- conforme o modelo de cidadão competitivo e/ou eleitor consciente-; mas a “educação com”, ou seja, educação como acesso à produção cultural e à construção de um processo emancipatório a partir da conscientização (autoconhecimento e conhecimento da realidade). (CANDAU, 2015, p. 50)

Por fim, entra a questão da propaganda, de como essa reforma é transmitida aos alunos, é divulgada como que eles têm poder de escolha e decisão desde de cedo, os emancipando ao que diz respeito às suas aceções educacionais e profissionais. Pode ser entendida como mais uma estratégia adotada pelo governo, visto que boa parte dos alunos não se interessam por História, por acharem uma disciplina desnecessária, um saber imutável, fixo, já que ainda é resistente os alunos do ensino médio ao saber histórico.

Logo, como não estaria entre as disciplinas obrigatórias, poucos alunos optariam por tal, e isso imbrica um grave problema, já que a faixa etária é de alunos entre 14 e 17 anos e idade, que não possuem ainda maturidade o suficiente para decidirem qual profissão seguir. E quando terminar a última etapa da Educação Básica e eles escolhem outra profissão onde é necessário História, cuja disciplina ele escolheu não cursar, como sanar essa lacuna, já que

⁸ LEITE, P. G. **Ensino de História, reformas de ensino e percepções da antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira.** Mare Nostrum, n° 8, 2017.

não pode mais voltar a estudar já que já concluiu essa modalidade de ensino. Não achamos estranho se por ventura o governo em parceria com outras empresas privadas não oferecer cursos particulares para recuperar essas disciplinas não cursadas durante o ensino médio, já que é a lógica do projeto neoliberal, de tratar a educação como uma mercadoria, que seja lucrativa.

Sobre essa questão dos itinerários formativos que inclui como carga horária a transição de 1200 para 1800 horas Gadelha⁹ (2017) elenca outra questão sob a crítica de Heleno Araújo, que as escolas não terão condições de aquedar-se a esses itinerários, o que resultará possivelmente na repetição de conteúdos para assim efetivar o tempo integral. Nesse sentido, são várias as questões envolvidas nessa reforma do ensino médio, desde a questão da marginalização das disciplinas, destacamos principalmente a de História, assim como afetará diretamente ao professor de História, ao modelo de ensino a ser aplicado na construção da cidadania dos sujeitos.

Considerações Finais

O problema maior da educação brasileira é o fato de que todos podem opinar, e isso é comprovado e legalizado pela reforma do ensino médio, ao que diz respeito a inserção do “notório saber”. O que acaba por marginalizar papel do professor e assim restringir seu campo de atuação. Se a educação é um dos sistemas básicos mais importantes é também o mais precário, o mais que tem gente dando pitaco de como fazer. E é isso que não possibilita que ela não se torne desenvolvida e levada a sério no Brasil, pelo fato de profissionais que não fizeram o curso de magistério, que nunca tiveram à frente, seja de uma escola ou de turma, como professor, diretor ou coordenador ou como qualquer outro agente educacional. São leigos que estão sob comando da nossa Educação, por isso que ela foi se enveredando por uma acepção de mercado, já que desde que quando Temer usurpou a presidência, escolheu como ministro um administrador de empresas.

Essa reforma do ensino médio, é na verdade um retrocesso, visto que, como já elencado antes, constrói um muro ao que diz respeito o acesso dos alunos de famílias pobres à universidade. Tal medida torna essa concorrência cada vez mais desleal, já que mesmo que o PROUNI, o SISU e o FIES, políticas públicas educacionais que tentam sanar

⁹ GADELHA, R. M. A. F. **Educação no Brasil.: Desafios e crise constitucional.** Revista Pesquisa e Debate. São Paulo. V. 28. n° 1 (51), jul. de 2017.

a desigualdade social ao que compete ao acesso ao ensino superior, ainda é muito difícil para as camadas populares.

A Educação brasileira só realmente será de qualidade quando os seus agentes (professores, diretores, coordenadores) tiverem acesso a lugar de fala e ação política e tomarem e proporem mudanças que sejam significativas já que ambos conhecem seus espaços de atuação e sabem, conhecem e vivenciam a precarização. É isso o que falta no Brasil, ministros, principalmente de educação, que sejam da área, que tomem o sistema de ensino e a educação como tal e não sob um outro olhar, como estava sendo com Mendonça Filho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf>. Acesso em: 26/05/2018.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 26/05/2018.

CANAU, V. M.; SCAVINO, S. B. **Educação: temas em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

FELDMANN, M. G. Formação de professores e cotidiano escolar. IN: **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. p. 71-80.

GADELHA, R. M. A. F. **Educação no Brasil: Desafios e crise constitucional**. Revista Pesquisa e Debate. São Paulo. V. 28. n° 1 (51), jul. de 2017.

LEITE, P. G. **Ensino de História, reformas de ensino e percepções da antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira**. Mare Nostrum, n° 8, 2017.

SANDRI, S. **Reforma do ensino médio e tendências para formação e/ou carreira docente**. Temas e Matizes, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 127-147, jul./dez. 2017.

SOUZA, D. S.de. **Impactos da onda conservadora na educação pública: a ofensiva contra a classe trabalhadora**. Inter-Legere- Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal/RN, n° 20, jan./jun. de 2017.